

Como o campo do jornalismo auxilia na construção dos problemas ambientais

Carine Massierer¹

Ilza Maria Tourinho Girardi²

Resumo: O presente estudo parte da observação de como se dá a construção da notícia de meio ambiente nas editorias de geral de Correio do Povo e Zero Hora (RS) para avaliar quais os fatores que estão em constante relação de forças no campo do jornalismo. Apesar do campo do jornalismo estar consolidado e contribuir de forma positiva com a ampliação de espaços para a publicação dos problemas ambientais em suas páginas, as pressões vindas de outros campos, principalmente o econômico, ainda demonstra que mesmo assumindo o poder de intermediar cada vez mais as relações na sociedade contemporânea, as constantes disputas em todos os instantes ainda colocam em xeque-mate a informação ambiental.

Palavras-chave: Campo do jornalismo, Meio Ambiente, Rotinas de produção jornalística.

1 Introdução

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989) considera que nunca há um campo totalizante e que os limites entre eles são muito tênues. Os campos estão em constante interação na disputa de um poder simbólico que se sustenta por meio de uma estrutura e das relações estabelecidas na sociedade, e que chega até nós pelos processos de comunicação. A produção de poder se dá enquanto integrante deste processo, uma vez que o exercício do poder simbólico é permanente.

O poder do jornalismo está na interpretação dos fatos e de idéias, ou seja, na representação da realidade. Segundo Castells (2001, p. 423), “a nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens de representação em torno das quais as sociedades organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem o seu comportamento”.

Para Bourdieu (1989), o campo é um “espaço social estruturado, um campo de forças”. No entanto, o autor acrescenta que é importante não reduzir as relações de força a relações de comunicação e que não basta notar que as relações de comunicação são sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou

¹ Jornalista, Especialista em Marketing pelo PPGA da UFRGS e Mestre em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/UFRGS. Atualmente vinculada a Emater/RS-Ascar. E-mail: cmassierer@yahoo.com.br

² Jornalista. Doutora em Comunicação. Professora no Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Professora Colaboradora do PPGCOM/UFRGS. E-mail: ilza.girardi@ufrgs.br

simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições envolvidas nessas relações e que podem permitir acumular bem simbólico.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>> (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O poder passa a ser, então, estruturador da sociedade, e o jornalismo, assim como as novas tecnologias, exerce um papel fundamental enquanto intermediador e construtor das relações nas sociedades modernas através de uma representação do espaço público.

De acordo com Bourdieu, (1997, p. 102) o campo do jornalismo impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua própria estrutura, isto é, “à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, às do mercado dos leitores e às do mercado dos anunciantes”.

Já Gomes (2004, p. 69) ressalta que o jornalismo além de um campo, é uma atividade e uma competência. “Como campo, estabelece a natureza do trabalho jornalístico, determina o seu capital principal, configura os seus interesses fundamentais e distribui, em função disso, prestígio e distinção”.

Para analisar teórica e metodologicamente os fatores intervenientes neste processo, partimos de uma concepção de campo do jornalismo em interação com outros. Como caminhos possíveis a serem seguidos teoricamente, Traquina (2004) aponta a teoria do espelho, da ação pessoal ou “gatekeeper”, a organizacional, a de ação política, estruturalista, interacionistas e construcionista.

Nesta pesquisa, optamos por seguir a teoria construcionista. Nessa perspectiva, o jornalismo é visto, em aproximação à idéia de campo proposta por Bourdieu, como um espaço onde intervêm vários fatores como a estrutura, o poder, o discurso, as representações e as relações sociopolíticas e econômicas. Para Traquina (2004), a constituição de um campo implica a existência de:

1) “um número ilimitado de “jogadores”, isto é, agentes sociais que querem mobilizar o jornalismo como recurso para as suas estratégias de comunicação; 2) um *enjeu* ou prêmio que os “jogadores” disputam, nomeadamente as notícias; e 3) um grupo especializado, isto é, profissionais do campo, que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e a sua construção (TRAQUINA, 2004, p.27).

Neste processo de interação social, os jornalistas não podem ser considerados apenas observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade. Então, se por um lado o jornalismo desempenha o papel de questionador do próprio sistema, por outro, se torna refém da estrutura em que se encontra em razão dos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais.

O papel dos jornalistas também é analisado por Bourdieu (1997, p. 106), que considera o campo do jornalismo, assim como o campo político e econômico - e muito mais que o campo científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico - como um espaço sujeito aos veredictos do mercado, através da sanção da clientela ou do índice de audiência.

E os jornalistas são sem dúvida tanto mais propensos a adotar o “critério do índice de audiência” na produção [...] ou na avaliação dos produtos e mesmo dos produtores [...] quanto ocupem uma posição mais elevada [...] em um órgão mais diretamente dependente do mercado [...], sendo os jornalistas mais jovens e menos estabelecidos mais propensos, ao contrário, a opor os princípios e os valores da “profissão” às exigências, mais realistas ou mais cínicas, de seus “veteranos” (BOURDIEU, 1997, p. 106).

Assim, as notícias refletem um amplo processo de construção que envolve a orientação profissional a partir das rotinas de produção, os interesses financeiros das empresas de comunicação, o conhecimento e a vivência pessoal de cada repórter e ainda a participação das fontes de informação na construção dos textos. Conforme Traquina (2002, p.123), a mídia noticiosa tende “a reforçar o poder instituído”, já que as fontes que dominam o processo de produção das notícias são as oficiais.

Traquina (2004) salienta ainda que o campo se constitui, então, como um espaço magnético onde fica, de um lado o pólo positivo e, de outro, o negativo. O pólo positivo é o pólo ideológico. Neste, a ideologia profissional define o jornalismo como um serviço público que fornece aos cidadãos as informações de que precisam para votar e participar na democracia representativa. Além disso, o jornalista seria um guardião

pronto a defender os cidadãos dos eventuais abusos de poder. O pólo negativo abarca a visão do jornalismo como um negócio e das notícias como mercadoria, o que tem sustentado o desenvolvimento de companhias altamente lucrativas.

O autor ressalta ainda que, para Bourdieu, os dois pólos do campo jornalístico contemporâneo – “o pólo intelectual e o pólo econômico” – tornaram-se dominantes no jornalismo ao longo do século XIX, diminuindo a importância do “pólo político”. Para os jornalistas e para muitas vozes nas sociedades, o pólo negativo do campo jornalístico é o pólo econômico, que associa o jornalismo ao cheiro do dinheiro e à práticas como o sensacionalismo, “em que o principal intuito é vender o jornal/telejornal como um produto que agarra os leitores/os ouvintes/a audiência, esquecendo valores associados à ideologia profissional” (TRAQUINA, 2004, p. 27-28).

Berger (2003, p.21), ao tratar da constituição de campos a partir de Bourdieu, diz que cada campo se constitui a partir de um capital, que só seria definível a partir do próprio campo. Para a autora, o capital do campo do jornalismo é a credibilidade e é ela que está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. Tal fator tornou-se instrumento de validação e de medição em constante avaliação e teste através de pesquisas, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os “efeitos de verdade”, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas.

Portanto, para compreender os fatores que intervêm na formação do campo do jornalismo é preciso levar em conta o poder simbólico e a influência da política, da economia, da cultura, da sociedade, do meio ambiente e das questões próprias desta área, como a rotina organizacional, o papel do profissional e os efeitos deste fazer.

O que nos interessa refletir neste artigo é a maneira como o campo do jornalismo auxilia na construção dos problemas ambientais. Tomamos como ponto de partida para esta reflexão a Teoria construcionista do *newsmaking*, compilada por Traquina (1999, 2002) e a metodologia etnográfica. O *newsmaking* tem, por conseguinte, a preocupação de compreender qual imagem do mundo as empresas jornalísticas elaboram em seus noticiários e como essa imagem se correlaciona com as exigências cotidianas de produção nas organizações, ou seja, esta teoria entende o processo de elaboração da notícia a partir da construção social dos fatos.

Esta teoria e a metodologia serviram de base para o estudo que se concentrou na observação de como o campo do jornalismo auxiliou na construção dos problemas ambientais no período de 8 a 14 de outubro de 2006 em Zero Hora, e de 16 a 22 de outubro, em Correio do Povo, no Rio Grande do Sul (BR).

2 Os problemas ambientais

Já que o objetivo deste artigo não é discutir o conceito de meio ambiente, mas compreender como o campo do jornalismo auxilia na construção da problemática ambiental não vamos nos deter à análise das correntes teóricas que abordam a temática. Acreditamos que, como partimos da teoria construtivista para compreender o campo do jornalismo, o mais adequado é seguirmos a mesma linha de pensamento para o entendimento da problemática ambiental.

Partindo deste pressuposto, o conceito de meio ambiente define-se historicamente no tempo e no espaço e à medida que se relaciona com os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais passa por uma resignificação. Gerhardt & Almeida (2005) afirma que a problemática ambiental teria que ser compreendida não como algo decorrente, mas sim como uma espécie de núcleo aglutinador de um fato social que é, ao mesmo tempo, produto de um constante processo assimétrico de definição coletiva e de reelaboração dos valores da sociedade.

Além de ser uma questão socialmente construída, não podemos esquecer que o meio ambiente parte de algo concreto que tem sido foco de preocupações há muito tempo, no entanto, certas demandas presentes no cotidiano das pessoas somente se converteram em uma problemática identificável a partir de um determinado momento. Como destaca Dorigon (1997, p.20), os problemas ambientais, “não existem por si próprios, mas passam a existir somente na medida em que as pessoas os reconhecem como tal e começam a agir em função deles”.

Assim, a problemática ambiental passa a existir somente quando é reconhecida pelos atores sociais como problemas. Foi isso que aconteceu no dia 7 de outubro de 2006, quando o presidente do Instituto Martim Pescador, Henrique Prietto, presenciou a mortandade de peixes que aconteceu no Rio dos Sinos e avisou a imprensa. Desde as primeiras matérias, a busca era por informações a respeito da causa desta ocorrência e

quanto ao número de peixes mortos, que chegou a um milhão. Devido à grande quantidade de animais encontrados boiando no rio, este fato foi anunciado pela FEPAM e o Instituto Martim Pescador, como um desastre ambiental, fazendo com que o assunto não só conseguisse repercussão pública, mas atraísse também a imprensa nacional. Isso fez com que Zero Hora e Correio do Povo³ ficassem em alerta para o acompanhamento dos acontecimentos relacionados ao tema para que não “tomassem um furo“ de outros veículos.

3 Os problemas ambientais e a construção das notícias

Para dar conta da cobertura envolvendo meio ambiente, os jornalistas da editoria de geral do Correio do Povo e da Zero Hora precisam diariamente seguir alguns regramentos. Esse conjunto de regras não é específico deste período em que as matérias de meio ambiente tiveram sua publicação ampliada em razão da mortandade de peixes que aconteceu no Rio dos Sinos no dia 7 de outubro de 2006. São válidos para as rotinas organizativas diárias de produção e influenciam desde o recebimento das pautas até a elaboração final e edição dos textos que serão publicados no jornal do dia seguinte. As rotinas têm um poder forte e estão relacionadas diretamente com a escassez de tempo e de meios de apuração.

De acordo com Breed (1999), cada jornal tem uma política editorial que é de responsabilidade dos executivos, dos donos dos jornais ou de seus editores que é orientada pragmaticamente e que influencia diretamente no conteúdo que será publicado. No Correio do Povo, além da política editorial, os fatores econômicos e os aspectos jurídicos são os que mais pesam no momento de decidir se uma matéria será ou não veiculada.

No geral, fica meio oficializado o que pode e não pode publicar, a gente não consulta mais. Há liberdade, mas há uma auto-censura. Fica uma situação super difícil de trabalhar em razão das questões judiciais. (Chefe de reportagem do CP em entrevista à pesquisadora)

A política editorial também motivou comentários, durante a rotina de trabalho, por parte do editor que demonstrou preocupação com as expectativas criadas no público

³ Toda a descrição da observação participante realizada nestes dois jornais encontra-se em Massierer (2007).

pelo jornal, com relação à divulgação dos nomes das empresas que estavam sendo responsabilizadas pela mortandade de peixes no Rio dos Sinos. A matéria foi publicada na edição de 20/10/2006 sem os nomes das empresas:

Tu não vais achar o nome das empresas. Infelizmente trabalhamos assim. A direção alega que as empresas têm o direito de se defender e como não transitou em julgado é complicado, enfim é a política da empresa (Editor do CP em entrevista à pesquisadora).

Porém, os jornalistas podem se utilizar de fatores subjetivos para tentar escapar ao controle da redação o que se reflete nas escolhas que os profissionais fazem ao dispor os fatos da maneira como julgar melhor, mas sem deixar de obedecer às regras da profissão e da organização.

Com um ritmo ditado pela produção em fluxo contínuo por meio da rotinização do processo de construção da notícia, os jornalistas acabam se envolvendo em mais de uma pauta ao mesmo tempo. Para contornar essa dificuldade, lançam mão de critérios de noticiabilidade e de práticas jornalísticas que seguem a mesma lógica nos dois veículos pesquisados. Esses critérios são utilizados para definir qual ocorrência vai virar notícia e servem, inclusive, para definir se a temática ambiental vai ou não para a edição do jornal no dia seguinte.

Há uma sintonia entre os profissionais que não nos permite dizer que o jornalista toma decisões unicamente a partir de seus conhecimentos ou vontades, mas faz isso em sintonia com um conhecimento compartilhado nas redações. Constatamos então que em todos os momentos os valores/notícia, a organização jornalística e as rotinas estabelecidas influenciam para que os problemas ambientais se tornem notícias. Esses fatores então não podem ser considerados isoladamente, mas em função uns dos outros.

Durante as rotinas produtivas, os editores e repórteres avaliam se um acontecimento tem relevância ou não. Isso é feito pelos profissionais de forma automática, sem que eles consigam explicitar muitas vezes os critérios que utilizaram para escolher uma ocorrência de meio ambiente em detrimento de outra pauta de geral. No período da pesquisa, o que observamos foi que a pauta ambiental permaneceu prevalecendo como uma das escolhidas, pois a mortandade de peixes no Rio dos Sinos se configurou como o maior desastre ambiental envolvendo este rio. A relevância do

tema, a importância e o interesse público motivaram a cobertura da imprensa e o receio de que a concorrência pudesse largar na frente também fez com que os jornais dia-a-dia mantivessem o acompanhamento da pauta e planejassem matérias especiais. No entanto, não podemos esquecer que, apesar dos fatores de relevância, impacto e interesse público e da factualidade terem sido aspectos definidores da permanência de publicação das notícias sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos, outros fatores permaneceram influenciando o processo.

Com relação à transformação de ocorrências relacionadas ao meio ambiente, que não fossem ligadas diretamente ao desastre ambiental do Rio dos Sinos, percebemos que para que se tornem aptas a se constituírem como um produto jornalístico, elas precisam seguir as mesmas regras impostas a outras temáticas, ou seja, devem ganhar existência pública, terem relevância e serem factuais. A disputa por um espaço de publicação em concorrência com outras temáticas é acirrada, pois meio ambiente não dispõe de um espaço fixo em editoria, a não ser no caso de Zero Hora que possui o Caderno Ambiente e se utiliza deste para a veiculação de matérias mais aprofundadas, como comentam os próprios jornalistas. Além disso, devido ao fato da temática ambiental estar entrelaçada em todas as nossas ações cotidianas, mas nem sempre se constituir como acontecimento, ela dificilmente, por este motivo, se torna pauta nas editorias de geral, ficando o jornalismo a reboque dos fatos visíveis e desinteressado em uma prática investigativa.

No período analisado pela pesquisa, a cobertura realizada pelos dois jornais concentrou-se na mortandade de peixes que aconteceu no Rio dos Sinos no dia 7 de outubro de 2006 e as conseqüências deste acontecimento. As condições técnicas então se alteraram porque, como a pauta foi considerada de interesse e relevância públicos, foram priorizados deslocamentos e disponibilizados fotógrafos para a cobertura. No entanto, os jornalistas algumas vezes recuperaram a pauta por telefone porque não presenciaram os acontecimentos, em razão de que não tiveram tempo de permanecer no local das ocorrências, pois precisavam cumprir outras pautas, respeitar o horário de fechamento de suas matérias ou porque a empresa considerou que não havia necessidade de ir ao local.

Isso demonstra o quanto a construção da notícia “é influenciado pelos meios de que a organização dispõe”, como reforça Traquina (2004, p.158), e pelos aspectos econômicos, tecnológicos e políticos que envolvem a atividade. É importante ressaltar

que as questões jurídicas também estão deixando em alerta as direções dos jornais e motivaram modificações que influenciaram diretamente a forma como são publicadas as matérias nos jornais. No Correio do Povo, por exemplo, o editor explica que, em casos de sentença em tramitação na justiça, os nomes de acusados não são publicados. Este é um fator preponderante de restrição para informações com determinado teor:

Todo o país está preocupado com isso que está dando muito processo contra as empresas jornalísticas exatamente por isso. As matérias têm que ser muito bem fundamentadas, tem que ter o pró e o contra. As empresas estão preocupadas com isso e aqui não é diferente. E aqui em Porto Alegre, digo não só no Correio do Povo, está havendo muito cuidado com o baixamento das matérias. [...] Não é tanto pelo aspecto econômico, mas pelo jurídico que o CP tem a preocupação em não divulgar nomes de empresas. “Como não transitou em julgado ainda elas podem recorrer e se defender porque elas não foram condenadas ainda. Elas foram autuadas, indiciadas mas não foram condenadas. Então, o jornal toma esse cuidado de não ficar dizendo que a empresa fez isso ou provocou isso ou aquele outro. Ela ainda vai se defender, ela tem direito a se defender, quer dizer é cedo ainda para a gente condenar a empresa. Aí, do ponto de vista jurídico, ela pode recorrer, e o jornal tem que dar espaço para isso e tem que dar tempo pra isso (Editor do CP em entrevista à pesquisadora).

A influência das questões jurídicas na forma de padronização das rotinas produtivas no Correio do Povo foi percebida também pela pesquisadora durante a reunião de pauta realizada no dia 19 de outubro de 2006, quando o diretor da empresa orientou a chefe de reportagem em relação ao fato de que a matéria a respeito das empresas responsáveis pelo desastre ambiental no Rio dos Sinos seria pequena e “sem nomes”:

Continua a mesma regra administrativa e de outras matérias. Não vamos dar nomes das empresas até porque isso ainda está tramitando na justiça (Diretor do CP em reunião de pauta).

Como um dos limites impostos pelo jornalismo impresso, para as matérias de meio ambiente, registramos o fato de que o próprio espaço na página reservado às editoriais de geral é insuficiente na medida em que muitos assuntos precisam ser publicados. Porém, mesmo dispondo de um espaço mais amplo nas páginas de Zero Hora do que no Correio do Povo, isso não garantiu às matérias de meio ambiente um tratamento diferenciado das ocorrências ligadas a outras temáticas.

Além disso, a intensificação da publicação de matérias sobre o desastre do Rio dos Sinos e a pressão da sociedade para que o poder público tentasse localizar as causas da mortandade de peixes, não garantiu a efetivação de políticas públicas preventivas para que outros acidentes não acontecessem, mas apenas discussões e iniciativas isoladas de algumas prefeituras da região, da FEPAM e do IRGA que aproveitaram o momento para ganhar espaço de publicização na imprensa. Como afirma Berger (2003, p. 22):

A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou excluir, de qualificar e desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. É esta luta que os jornalistas travam no interior do campo do jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho.

A seleção de notícias não pode ser entendida como uma etapa isolada no processo de produção, mas sim integrada a um sistema no qual intervêm vários fatores, inclusive os aspectos subjetivos dos jornalistas. A influência por aspectos subjetivos foi percebida em uma das entrevistas, quando o jornalista aponta que a confecção do texto depende também de suas escolhas pessoais:

Claro que eu sei o veículo que eu tô e a linguagem que é utilizada, então digamos hoje eu sei que eu tenho que seguir um texto mais objetivo aqui no Correio do Povo, mas que da mesma forma não é um texto fechado. Tem possibilidade de fazer, começar da forma como eu bem entender, claro observando este padrão de ser bem direto e bem objetivo (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

Mesmo tendo um peso muito forte durante a escolha do que vai ser noticiado, Wolf (2005, p.255) afirma que não se pode determinar a seleção apenas como uma escolha subjetiva do jornalista, mas é preciso vê-la como um processo complexo, “que se desenvolve ao longo de todo o ciclo de trabalho, realizado em instâncias diferentes”.

4 Considerações finais

Podemos observar que o campo do jornalismo se constitui num espaço de forças políticas, econômicas, sociais e culturais onde as questões ambientais vão sendo reconhecidas pela sociedade e reconstruídas por meio de um processo complexo de significação e resignificação dos fatos. Os problemas ambientais passam a ser notícia na medida em que são reconhecidos como tal pela sociedade e entram no rol de assuntos que podem ser tratados jornalisticamente a cada rotina diária de produção.

Em todos os instantes a problemática ambiental disputa espaço com outras temáticas e vai sendo moldada a partir de critérios de noticiabilidade que são orientados pragmaticamente. Integrando um processo de construção em que atores e informações vão interagindo o tempo todo, o texto jornalístico vai assumindo novos formatos a partir não só de fatos objetivos, mas é influenciado por fatores subjetivos que também fazem parte deste processo. Neste campo de forças, à medida que a mortandade de peixes em 7 de outubro atraiu a opinião pública e a imprensa, o jornalismo passou a contribuir para a construção da problemática ambiental uma vez que o fato da imprensa estar acompanhando diretamente este acontecimento fez com que novas forças jurídicas, econômicas e políticas entrassem em ação.

Muitos políticos, coordenadores de órgãos ambientais e integrantes de movimentos ambientalistas passaram a promover ações no intuito de buscar os responsáveis pela mortandade de peixes e conter o desastre para que a saúde da população não fosse colocada em risco. A medida que novos fatos eram gerados envolvendo este acontecimento, os jornais Zero Hora e Correio do Povo faziam a adequação de suas rotinas de produção para conseguir dar conta de estar presente nos locais dos eventos, de conversar com as pessoas, de fotografar o local do desastre e de participar ativamente da construção de novos significados deste problema ambiental.

No entanto, mesmo promovendo alterações nas rotinas de produção das editorias de geral, este problema ambiental não conseguiu romper com as barreiras impostas pela organização jornalística. Em alguns momentos a falta de espaço para publicação e de tempo para elaboração das notícias fez com que muitas informações deixassem de ser publicadas. Além disso, o fato de um dos jornais ter como política editorial a não publicação de nomes de empresas que ainda não foram julgadas fez com que os leitores fossem privados de saberem os nomes dos responsáveis pelo incidente que ocasionou a morte dos peixes no Rio dos Sinos.

Apesar do campo do jornalismo estar consolidado e contribuir de forma positiva com a ampliação de espaços para a publicação dos problemas ambientais em suas páginas, as pressões vindas de outros campos, principalmente o econômico, ainda demonstra que mesmo assumindo o poder de intermediar cada vez mais as relações na sociedade contemporânea, as constantes disputas em todos os instantes ainda colocam em xeque-mate a informação ambiental e a função social do jornalista fica constantemente prejudicada.

Dessa forma a complexidade de relações que envolve meio ambiente enfrenta uma barreira ainda maior no campo do jornalismo que é a de ampliar o espaço de pesquisa e ensino com a intenção de contribuir para a formação de profissionais voltados para a publicação de informações ambientais mais aprofundadas e qualificadas em todos os momentos e não somente nas ocasiões em que não seja possível ignorar sua relevância como aconteceu com o desastre ambiental do Rio dos Sinos em 2006.

Referências

BERGER, Christa. Campos em confronto: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão:** seguido de a influência do jornalismo; e, os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, Lisboa, 1989.

BREED, Warren. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo:** questões, teorias, “estórias”. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DORIGON, Clovis. **Microbacias como redes sócio-técnicas:** uma abordagem a partir do enfoque do ator-rede. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1997. Dissertação de mestrado. Pp. 115-123

GERHARDT, Cleyton e ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: **uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais.** Revista Ambiente & Sociedade, vol 8, n.2, 2005

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

MASSIERER, Carine. O olhar jornalístico sobre o meio ambiente: **um estudo das rotinas de produção nos jornais Zero Hora e Correio do Povo. Porto Alegre: 2007. 229 f.**

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: **questões teorias e estórias. Lisboa: Veja, 1999.**

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. **São Leopoldo: Unisinos, 2002.**

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são. **Florianópolis: Insular, 2004.**

WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. **2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.**